



ESTADO DE GOIÁS
Conselho Estadual do FUNDEB

**RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDEB REFERENTE AO
MÊS DE JULHO DE 2008**

Com fundamento nas disposições da Medida Provisória nº 339 de 28 de dezembro de 2006, convertida na Lei nº 11.494 de 20 de junho de 2007, e no âmbito estadual com a Lei nº 16.071 de 10 de julho de 2007 e suas alterações, o Conselho Estadual do FUNDEB emite sua análise por meio deste relatório sobre a origem e aplicação dos recursos referentes ao mês de julho de 2008.

A análise contou com a revisão dos documentos, que compõem as prestações de contas, inclusive das cópias dos extratos bancários, além de outros procedimentos julgados indispensáveis e da verificação *in loco* dos procedimentos orçamentário, financeiro e contábil adotados pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC/GO).

1. Relatório

Saldo inicial dos recursos R\$ 10.008.177,08 (Dez milhões, oito mil, cento e setenta e sete reais e oito centavos).

Origem de recurso através de repasse pelo Estado no valor de R\$. 80.666.433,71 (Oitenta milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e setenta e hum centavos) conforme avisos do Banco do Brasil. Receita de aplicação financeira no valor de R\$. 403.685,43 (Quatrocentos e três mil seiscentos oitenta e cinco reais e quarenta e três centavos). Repasse voluntário do Estado no valor de R\$. 8.881.316,09 (Oito milhões oitocentos e oitenta e hum mil, trezentos e dezesseis reais e nove centavos). Movimentação extra-orçamentária de estorno de empenho no valor de R\$. 7.046,67 (Sete mil quarenta e seis reais e sessenta e sete centavos). Totalizando o valor mensal de R\$. 89.958.481,90 (Oitenta e nove milhões novecentos e cinquenta e oito mil quatrocentos e oitenta e hum reais e noventa centavos).

Aplicação de recurso com quitação de verbas da folha de pagamento no valor de R\$. 80.733.303,40 (Oitenta milhões, setecentos e trinta e três mil, trezentos e três reais e quarenta centavos) conforme ordem de pagamento. Repasse para o Fundo de Previdência Estadual no valor de R\$. 14.611.945,44 (Quatorze milhões, seiscentos e onze mil, novecentos quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos). Totalizando

o valor mensal em R\$. 95.345.248,84 (Noventa e cinco milhões trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e quarenta e oito reais e oitenta quatro centavos).

Saldo final dos recursos: R\$ 4.621.410,14 (Quatro milhões seiscentos e vinte e hum mil, quatrocentos e dez reais e quatorze centavos).

2. Parecer

Não foi possível realizar análise qualitativa dos gastos, como também identificar se os recursos foram utilizados para pagamento dos profissionais do magistério do ensino fundamental e médio.

Não ocorreu repasse de recurso pela União. Repasse voluntário de recurso pelo Tesouro Estadual para fins de complementação de Folha de pagamento, não previsto na legislação.

O saldo final dos recursos é de entradas ocorridas no final do período e se encontram aplicadas no Banco do Brasil.

Não consta na prestação de conta relatório do setor de recurso humano da Secretaria de Estado da Educação. Esta em andamento solicitação, do Confundeb, para padronização das informações necessárias.

Na legislação vigente não há tratamento expreso sobre o pagamento de Inativo. A Lei 9.394/96 – LDB não prevê essa despesa no rol das admitidas como sendo de manutenção e desenvolvimento do ensino. Daí o impedimento de se utilizar recursos do FUNDEB para pagamento de inativos via repasse para ao Fundo de Previdência Estadual.

Os documentos que compõem os egressos de recursos não permitem cotejar o correto valor da formação das fontes de recursos por falta de dados da Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás (SEFAZ/GO).

Não existe regulamentação sobre a prestação de contas por parte do Tribunal de Contas do Estado de Goiás como determina o caput do artigo 27 e seu parágrafo único da Lei 11.494/2007.

3. Conclusão

Nos aspectos que competem a este Conselho examinar, diante dos elementos expostos, entende que a prestação de contas quanto ao fluxo de caixa se apresenta regular, considerando as ressalvas apontadas no parecer quanto ao:

- Repasse ao Fundo de Previdência Estadual.
- Pagamento de gastos de exercícios anteriores.
- Informação sobre pagamento aos profissionais do magistério do ensino fundamental e médio.
- Informação da Secretaria da Fazenda sobre a composição dos recursos.
- Falta de regulamentação sobre a prestação de contas pelo TCE.

É o relatório.

Goiânia, 02 de Abril de 2009.

Gene Maria Vieira Lyra Silva
Presidente do Conselho Estadual do FUNDEB/GO

Verbas públicas: *Controle de todos, transparência do Estado*